

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1.065, DE 2024.

Altera o artigo 400-A do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e o art. 81 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995 (Lei dos Juizados Especiais), para instituir medidas de acolhimento, proteção e preservação da identidade e intimidade das vítimas de crimes contra a dignidade sexual.

Autora: Deputada MARIA ARRAES

Relatora: Deputada LAURA CARNEIRO

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o artigo 400-A do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e o art. 81 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995 (Lei dos Juizados Especiais), para instituir medidas de acolhimento, proteção e preservação da identidade e intimidade das vítimas de crimes contra a dignidade sexual.

Art. 2º O Art. 400-A do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 400-A.
.....

Parágrafo único. Para fins de cumprimento do disposto no **caput**, consideram-se medidas necessárias à preservação da integridade física e psicológica da vítima nos crimes contra a dignidade sexual:

I – disponibilização de estrutura para deslocamento e tomada de declarações da vítima com preservação do sigilo de sua identidade, incluídos mecanismos de distorção de voz de imagem;

II – garantia de preservação da identidade da vítima mediante a imposição de sigilo automático dos seus dados pessoais e do seu depoimento, sendo vedada a sua pronúncia ou menção do seu nome durante toda a audiência ou outros procedimentos públicos, inclusive pelas testemunhas, acusado, júri, patronos e membros do Ministério Público;



III – utilização de estruturas que viabilizem a separação de testemunhas e do acusado durante os depoimentos.

Art. 3º O art. 81 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, passa a vigorar acrescido do seguinte § 1º-B:

“Art. 81.

.....

§ 1º-B Durante a realização da audiência devem ser empregadas as seguintes medidas, para fins de preservação da integridade física e psicológica das vítimas nos crimes contra a dignidade sexual:

I – disponibilização de estrutura para deslocamento e tomada de declarações da vítima com preservação do sigilo de sua identidade, incluídos mecanismos de distorção de voz de imagem;

II – garantia de preservação da identidade da vítima mediante a imposição de sigilo automático dos seus dados pessoais e do seu depoimento, sendo vedada a sua pronúncia ou menção do seu nome durante toda a audiência ou outros procedimentos públicos, inclusive pelas testemunhas, acusado, júri, patronos e membros do Ministério Público;

III – utilização de estruturas que viabilizem a separação de testemunhas e do acusado durante os depoimentos.

.....” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05 de dezembro de 2024.



Deputada Federal LAURA CARNEIRO
Relatora

